

Coordenador Científico
José Rubens Morato Leite

A ECOLOGIZAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL VIGENTE

RUPTURAS NECESSÁRIAS

2ª edição

AUTORES

Bruno Teixeira Peixoto	Melissa Ely Melo
Fernanda de Salles Cavedon-Capedeville	Maria Leonor Paes Cavalcanti Ferreira Codonho
Flávia França Dinnebier	Maria Valeria Berros
Humberto Filpi	Patryck de Araujo Ayala
Ingo Wolfgang Sarlet	Paula Galbiatti Silveira
José Rubens Morato Leite	Tiago Fensterseifer
Larissa Verri Boratti	Tônia Andrea Horbatiuk Dutra
Leatrice Faraco Daros	

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright ● 2020 by José Rubens Morato Leite

Categoria: Direito Ambiental

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei n° 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei n° 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

E19e

A ecologização do direito ambiental vigente : rupturas necessárias /
José Rubens Morato Leite (coordenação científica). 2. ed. Rio de Janeiro
: Lumen Juris, 2020.
468 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 395-435.

ISBN 978-65-5510-435-6

1. Direito ambiental. 2. Economia ambiental. 3. Justiça ambiental.
4. Coronavírus. 5. Meio ambiente. I. Leite, José Rubens Morato. II. Título.

CDD 344

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Capítulo 1 – Crise Ambiental, Economia e Entropia

Melissa Ely Melo

1.1 Crise Ambiental: uma crise do conhecimento.....	1
1.2 Economia Ambiental: a emergência das externalidades.....	12
1.3 Economia Ecológica e a Lei da Entropia: os limites biofísicos ao crescimento econômico infinito.....	28

Capítulo 2 – Delineando uma Compreensão da Justiça Ecológica para Perspectiva do Direito Ambiental Ecologizado

Leatrice Faraco Daros

2.1 Introdução.....	47
2.2 As diversas abordagens da justiça	48
2.1.1 Justiça como distribuição	51
2.1.2 Justiça como reconhecimento	53
2.1.3 Justiça como participação	56
2.1.4 Justiça como capacidades.....	58
2.3 Os contornos da justiça ambiental	62
2.3.1 A origem dos movimentos de justiça ambiental.....	64
2.3.2 A pluralidade de perspectivas da justiça ambiental.....	67

2.4 Os delineamentos da justiça ecológica.....	69
2.4.1 As dificuldades de uma abordagem ecológica da justiça	70
2.4.2 As múltiplas perspectivas da justiça ecológica	73
2.5 Os desafios da justiça ecológica no Antropoceno.....	80
2.5.1 A era do Antropoceno e seus desafios	80
2.5.2 A justiça ecológica no Antropoceno	82
2.6 Considerações Finais.....	86

Capítulo 3 – A Ecologização do Estado de Direito: uma Ruptura ao Direito Ambiental e ao Antropocentrismo Vigentes

José Rubens Morato Leite

Paula Galbiatti Silveira

3.1 Introdução.....	89
3.2 Crítica à racionalidade antropocêntrica e a mudança de paradigma no direito ambiental.....	92
3.3 Rumos à ecologização do direito: novas abordagens e funções da juridicidade	100
3.4 Jurisprudência ecológica: a ecologização do Direito na prática	108
3.5 O Estado de Direito Ambiental: origem e conceitos.....	116
3.7 O Estado de Direito Ecológico no Holoceno e no Antropoceno: limites do desenvolvimento	131
3.8 Considerações Finais.....	138

Capítulo 4 – Coronavírus e Meio Ambiente: Rupturas para um Direito Ambiental em Metamorfose

José Rubens Morato Leite

Maria Leonor Paes Cavalcanti Ferreira Codonho

Bruno Teixeira Peixoto

4.1 Introdução.....	141
4.2 A pandemia do novo coronavírus e a sua relação com o meio ambiente	142
4.3 Sociedade de Risco e a Metamorfose do Mundo	152
4.4 Novas Perspectivas com o Environmental Rule of Law, First Global Report ONU	160
4.5 Para um Direito Ambiental Ecologizado, Emancipado, Pós-Pandêmico e Precursor de um Green New Deal Global.....	171
4.6 Considerações Finais.....	180

Capítulo 5 – Constitucionalismo Global Ambiental e os Direitos da Natureza

Patryck De Araújo Ayala

5.1 Crise de Identidade do Direito Ambiental e o Lugar da Natureza no Constitucionalismo	187
5.2 Constitucionalismo Global como um Constitucionalismo de Diálogos ..	193
5.3 Constitucionalismo Global Ambiental como um Constitucionalismo de Princípios Comuns	197
5.4 A Principiologia e o Conteúdo de um Constitucionalismo da Terra	205
5.5 Constitucionalismo da Terra e a Expansão dos Limites Morais dos Direitos: a Natureza na Jurisprudência Comparada.....	214
5.6 Considerações Finais	230

Capítulo 6 – Da Dimensão Ambiental à Ecologização dos Direitos Humanos: Aportes Jurisprudenciais

Fernanda de Salles Cavedon-Capdeville

6.1 Introdução.....	235
---------------------	-----

Parte I – Os Fundamentos da Ecologização dos Direitos Humanos

6.2 Primeiro passo: reconhecer sinergias e reforçar vias de comunicação	238
---	-----

6.3 As razões da ecologização dos Direitos Humanos	241
--	-----

6.3.1 O Direito Ambiental falhou.....	241
---------------------------------------	-----

6.3.2 Os Direitos Humanos como último recurso.....	242
--	-----

6.3.3 Os Direitos Humanos são um dos pilares da governança ecológica .	244
--	-----

6.3.4 A complementaridade dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza.....	245
--	-----

6.3.5 Os Direitos Humanos são a nova Fênix: direitos em movimento.....	247
--	-----

6.4 Direitos Humanos e da Natureza são uma questão de justiça climática: o direito a um sistema climático seguro	249
--	-----

Parte II – As Fases da Ecologização dos Direitos Humanos

6.5 Fase 1 – Interpretação evolutiva dos tratados de Direitos Humanos: atribuição de uma dimensão ambiental aos Direitos Humanos	258
--	-----

6.6 Fase 2 – Reconhecimento de direitos ambientais autônomos e ecologizados	266
---	-----

6.7 Fase 3 – Os Direitos Humanos se interpretam e realizam em um contexto ecológico, do qual seus titulares não podem se dissociar	271
--	-----

6.8 Fase 4 De direitos individuais, aqui e agora, a direitos intergeracionais globais: superando limites	272
6.9 Fase 5 – Direitos e dignidade para todos: um Sistema Comum de Direitos da Comunidade Planetária.....	274

**Parte III – Trajetórias de ecologização:
o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH)**

6.10 O meio ambiente na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos: elementos de ecologização	276
6.11 A consolidação da Ecologização na Corte Interamericana de Direitos Humanos na Opinião Consultiva OC/23–17.....	283
6.12 Contribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	286
6.13 Conclusões: potencialidades dos Direitos Humanos para a ecologização do Direito	289

**Capítulo 7 – Os Caminhos do Reconhecimento Normativo
dos Direitos da Natureza na América Latina**

M. Valeria Berros

7.1 Introdução	293
7.2 Primeiros passos: reconhecimento em escala nacional	295
7.3 A influência no debate internacional.....	299
7.4 Os caminhos locais	303
7.5 Uma cartografia em construção.....	304

Capítulo 8 – A Dignidade e os Direitos da Natureza: o Direito no Limiar de um Novo Paradigma Jurídico Ecocêntrico no Antropoceno

Ingo Wolfgang Sarlet

Tiago Fensterseifer

8.1 Introdução: O Direito Ambiental no Limiar de um Novo Paradigma Jurídico Ecocêntrico no Antropoceno	309
8.2 O Reconhecimento da Dignidade e dos Direitos da Natureza na Ordem Constitucional? Uma (Re)Leitura Ecocêntrica da Expressão “Todos” do Caput Art. 225 da Constituição Federal de 1988.....	322
8.2.1 A superação do antropocentrismo clássico e a ascensão de um novo paradigma jurídico ecocêntrico no âmbito constitucional? ..	322
8.2.2 O Reconhecimento da Dignidade e dos Direitos dos Animais não Humanos e da Natureza na Ordem Constitucional.....	331
8.2.2.1 As cinco categorias possíveis para enquadrar a proteção da Natureza no Sistema Jurídico (Jens Kersten).....	335
8.2.2.1.1 O status legal da Natureza como reflexo normativo indireto dos direitos dos seres humanos	336
8.2.2.1.2 O status legal da Natureza como “patrimônio comum da humanidade” (“Common Heritage of Humanity”)	337
8.2.2.1.3 O status legal da Natureza como objetivo, tarefa ou dever jurídico-constitucional do Estado de proteger o meio ambiente.....	337
8.2.2.1.4 O status legal da Natureza como um “direito humano ou fundamental ao ambiente sadio e equilibrado”	338
8.2.2.1.5 O status da Natureza como sujeito ou pessoa jurídica titular de dignidade e direitos próprios.....	338

8.3 A Dignidade e os Direitos da Natureza na Jurisprudência (Nacional, Comparada e Internacional)	344
8.3.1 A dignidade do animal não humano e da Natureza na jurisprudência do STJ: a atribuição de direitos para além da esfera humana (REsp 1.797.175/SP)	344
8.3.2 A dignidade do animal não humano e a sua proteção contra práticas cruéis na jurisprudência do STF	347
8.3.3 O debate “antropocentrismo vs. biocentrismo” no STF	352
8.3.4 Os direitos da Natureza na jurisprudência do STF?	354
8.3.5 Um olhar sobre a jurisprudência comparada e internacional a respeito da dignidade e dos direitos dos da Natureza	355
8. 4 Considerações Finais	361

Capítulo 9 – Florestas no Regime Jurídico Internacional: Por uma Perspectiva Ecologizada

Fernanda de Salles Cavedon-Capdeville

Larissa Verri Boratti

Tônia Andrea Horbatiuk Dutra

Humberto Filpi

9.1 Introdução	365
9.2 Florestas e Complexidade no Contexto da Crise Climática	367
9.3 Florestas no Regime Jurídico Internacional	371
9.3.1 Obrigações dos Estados em Relação a Florestas no Direito Internacional dos Tratados: Biodiversidade, Clima e Solo	371
9.3.2 Contribuições da Soft Law Relativa a Florestas	379

9.4 Por um Regime Jurídico Internacional Ecológico das Florestas	383
9.4.1 Implicações da Adoção de uma Perspectiva de Direito Ecológico	383
9.4.2 Implicações da Adoção de um Discurso de Direitos Humanos.....	384
9.4.3 Contribuições da Litigância Ecologizada: Florestas, Clima e Direitos da Natureza	388
9.4.4 Premissas para o Delineamento de um Regime Jurídico Internacional Ecologizado das Florestas.....	391
9.5 Considerações Finais	393
Referências Bibliográficas	395